



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA

RENOVAÇÃO DE PLANO DE ASSINATURA ADOBE CREATIVE CLOUD

1. OBJETO

1.1. Definição

1.1.1. Contratação de renovação de plano de assinatura de pacote de software Adobe Creative Cloud para equipes, todos aplicativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

2.1.1. No âmbito deste Tribunal, as atividades judicante e administrativa são amparadas fortemente no uso de soluções de TI – equipamentos, softwares e sistemas de informação – que se tornaram vitais para o funcionamento e melhoria dos serviços prestados ao jurisdicionado. Como consequência, o suporte adequado e tempestivo ao uso dessas soluções tornou-se fator crítico para a manutenção da disponibilidade e estabilidade dos serviços de TI e do funcionamento do Tribunal.

A Assessoria de Comunicação Social é responsável por planejar e executar ações de comunicação institucional internas e externas do Tribunal, em conformidade com a política e as diretrizes de comunicação social estabelecidas pela Resolução CNJ nº 85, de 08 de setembro de 2009, e pela Resolução CJF nº 760, de 06 de abril de 2022, compreendendo, entre outras, a produção de materiais de divulgação institucional em mídias audiovisuais, tais como fotografia, vídeo, rádio e impressos, a produção e veiculação de comunicados, avisos e notícias nos canais institucionais internos e a produção de conteúdo (comunicados, avisos, notícias, ações, eventos e campanhas institucionais) para internet, intranet ou quaisquer modalidades de portais web.

A Escola da Magistratura (Emagis), por sua vez, tem como finalidade de promover ações educacionais voltadas à formação e ao aperfeiçoamento permanente dos magistrados federais da 4ª Região, em conformidade com as diretrizes emanadas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), bem como realizar a publicação de periódicos para divulgar a jurisprudência da Corte e de artigos acadêmicos de magistrados e de juristas convidados.

Os softwares da fabricante Adobe são utilizados pela Assessoria de Comunicação Social e pela Escola da Magistratura para a edição e criação de conteúdo gráfico e digital.

O Tribunal adquiriu as primeiras licenças desses produtos no ano de 2005 e desde então vêm mantendo os softwares atualizados, de forma a assegurar a compatibilidade com arquivos antigos e prover a melhoria dos trabalhos realizados com as novas funcionalidades implementadas a cada nova versão. A fabricante Adobe atualmente comercializa o produto por meio de plano de assinatura (subscrição) mensal ou anual.

O Tribunal possui contratadas 16 assinaturas da Adobe Creative Cloud, um serviço que disponibiliza acesso a uma coleção de softwares usados em edição e criação de conteúdo gráfico e digital, sendo 6 assinaturas com data de vencimento em 10/04/2024 - Ct. 05/2021 - doc. SEI 5522269), 5 assinaturas com data de vencimento em 21/06/2024 (Ct. 11/2022 - doc. SEI 6118464), e 5 assinaturas (Ct. 15/2023 - doc. SEI 6516110) com vencimento em 15/03/2026. A demanda atual compreende a manutenção de 12

assinaturas da coleção Adobe Creative Cloud.

Os servidores do Tribunal já detêm o conhecimento necessário para a utilização dos produtos do pacote Adobe Creative Cloud, que permitem, entre outros, a edição de fotografias, ilustrações e vídeos, bem como a diagramação de boletins informativos impressos, cartazes e outras peças gráficas com qualidade profissional, a diagramação e edição de boletins online e a criação de animações.

Assim, para continuar provendo o acesso às novas versões e funcionalidades, além de dispor de um suporte técnico para o uso do produto, faz-se necessária a renovação da assinatura anual do software.

2.2. Objetivos

2.2.1. Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário.

2.2.2. Divulgar direitos do cidadão e serviços disponibilizados pelo Poder Judiciário.

2.2.3. Prover comunicação social de maior qualidade, eficiência e transparência.

2.2.4. Produzir materiais de divulgação institucional em mídias audiovisuais, tais como fotografia, vídeo, rádio e impressos, a produção e veiculação de comunicados, avisos e notícias nos canais institucionais internos e a produção de conteúdo (comunicados, avisos, notícias, ações, eventos e campanhas institucionais) para internet, intranet ou quaisquer modalidades de portais web.

2.2.5. Desenvolver material gráfico e eletrônico institucional, peças de divulgação e materiais didáticos para atividades de divulgação, ensino e concursos da Escola da Magistratura.

2.2.6. Produzir e editar revistas e boletins.

2.3. Benefícios

2.3.1. Atender de forma eficaz a demanda por conteúdo audiovisual.

2.3.2. Manter a compatibilidade e reutilizar conteúdo audiovisual já produzido.

2.3.2. Divulgação de direitos do cidadão e dos serviços disponibilizados pelo Poder Judiciário;

2.3.3. Prover comunicação social de maior qualidade, eficiência e transparência;

2.3.4. Promover a melhoria da prestação jurisdicional por meio de processo de desenvolvimento profissional contínuo.

2.3.5. Manter a qualidade na produção de materiais gráficos e mídias.

2.3.6. Executar ações de comunicação institucional previstas nas Resoluções CNJ nº 85, de 08 de setembro de 2009, e pela Resolução CJF nº 760, de 06 de abril de 2022.

2.3.7. Aumentar a qualidade na criação de conteúdo gráfico e digital produzido pela área de Comunicação Social e pela Escola da Magistratura.

2.3.8. Padronizar as ferramentas utilizadas na produção de conteúdo gráfico e digital.

2.4. Alinhamento Estratégico

2.4.1. A contratação está alinhada com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026, instituída através da Resolução CNJ nº 325, de 29/06/2020 e estabelecida pela Resolução CNJ nº 370, de 28/01/2021, em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial o que estabelece o "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados" e o "Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade", e busca alcançar o objetivo estratégico 8, na perspectiva processos internos: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.

2.4.2. Desdobram-se as políticas nacionais no Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF, período 2021/2026, de "Melhorar a comunicação com a sociedade e com outras instituições" e "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal", bem como no Plano Diretor de Tecnologia da

2.5. Estudos Preliminares

2.5.1. A presente contratação está em conformidade com as diretrizes para contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, tendo sido elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e Estudos Preliminares constantes do Processo Administrativo SEI nº 0000272-61.2024.4.04.8000.

2.6. Relação entre a demanda prevista e a contratada

2.6.1. A demanda está adequada com o número de servidores atuantes nas áreas de comunicação social e na Escola da Magistratura.

| Bem/Serviço | Quantidade a ser contratada |
|--|-----------------------------|
| - Assinaturas do pacote de software Adobe Creative Cloud para equipes, número VIP F62BF01F55D5AC9C72BA, com início de vigência a partir de 10/04/2024 e término em 15/03/2026 (23 meses de vigência).* | 2 |
| * As assinaturas deverão ser incluídas no plano VIP CC1E918C69A0018D701A, de forma a uniformizar o vencimento de todas as assinaturas para o dia 15/03/2026. | |

2.7. Análise de Mercado de TIC

2.7.1. O Tribunal adquiriu em 2005 as primeiras licenças dessas ferramentas da fabricante Adobe e desde então vêm mantendo os softwares atualizados, de forma a assegurar a compatibilidade com arquivos antigos e provendo a melhoria dos trabalhos realizados com as novas funcionalidades implementadas a cada nova versão.

Os softwares da fabricante Adobe são utilizados pela Escola da Magistratura e Assessoria de Comunicação Social do Tribunal para a edição e criação de conteúdo digital e páginas *web*. Trata-se de um conjunto de ferramentas de criação dominante no mercado de design, fotografia, vídeo e webdesign. Todos os produtos possuem total interação para facilitar o processo de criação.

Os servidores do Tribunal já detêm o conhecimento necessário para a utilização dos produtos do pacote Adobe Creative Cloud, que permitem, entre outros, a edição de fotografias, ilustrações e vídeos, bem como a diagramação de boletins informativos impressos, cartazes e outras peças gráficas com qualidade profissional, a diagramação e edição de boletins online e a criação de interfaces em linguagem flash.

A manutenção da atual solução visa resguardar o investimento realizado em treinamento e aproveitar o domínio técnico adquirido pelos servidores no uso destas ferramentas, mantendo ainda a compatibilidade com o acervo de projetos elaborados e daqueles que estão em andamento no Tribunal bem como assegurando a continuidade e alta produtividade na elaboração de conteúdo gráfico e digital.

2.8. Natureza do Objeto

2.8.1. O objeto da contratação compreende bem com características comuns e usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no Edital.

2.9. Parcelamento e Adjudicação do Objeto

2.9.1. A presente contratação contempla a aquisição de plano de assinatura de aplicativos Adobe Creative Cloud, no qual uma assinatura permite o acesso a um conjunto de softwares disponibilizados pelo

fabricante. Considerando que a fabricante oferece programas de licenciamento por assinatura com descontos por volume, entende-se que o objeto não pode ser dividido em itens sem incorrer em prejuízo no ganho de economia em escala.

2.9.2. A adjudicação do objeto dar-se-á pelo menor preço global.

2.10. Modalidade, Tipo de Licitação e Critérios de Habilitação

2.10.1. Considerando o valor estimado, a contratação deverá se dar por dispensa de licitação.

2.10.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado pela empresa licitante comprovação de que é agente autorizado da fabricante Adobe para licenciamento de governo.

2.11. Adequação do Ambiente

2.11.1. Não se verifica no objeto da contratação a necessidade de qualquer adequação do ambiente, nos contextos de infraestrutura tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, espaço físico, mobiliário ou impacto ambiental.

2.12. Conformidade Técnica e Legal

2.12.1. No escopo da contratação, a garantia deverá observar as disposições da Lei nº 8.078/1990.

2.13. Obrigações do Contratante

2.13.1. Designar servidor para gerenciar operacionalmente as atividades e tarefas relativas à execução do objeto.

2.13.2. Prestar informações e esclarecimentos atinentes aos serviços, que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA.

2.13.3. Acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto por intermédio do Gestor e Fiscais designados no contrato.

2.13.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificada no cumprimento do contrato.

2.13.5. Exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais.

2.13.6. Receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução contratual.

2.13.7. Realizar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

2.13.8. Reter preventivamente valores correspondentes às penalidades cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso.

2.13.9. Aplicar multas e sanções previstas no contrato.

2.14. Obrigações da Contratada

2.14.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto do contrato, nos termos de sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidos neste termo de referência e no instrumento contratual, observando ainda o escopo e termos gerais dos serviços fornecidos pela fabricante.

2.14.2. A CONTRATADA deverá também:

2.14.2.1. Informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

2.14.2.2. Atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE

ou do Gestor do Contrato, relativamente à execução do seu objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.

2.14.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

2.14.2.4 Entregar comprovantes de aquisição do plano de assinatura Adobe Creative Cloud no local indicado, observando o prazo de entrega e as datas de início e término de vigência dos serviços.

2.14.2.5. Entregar nota fiscal, juntamente com o objeto fornecido, contendo a discriminação detalhada dos produtos entregues.

2.14.3. O não-cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição do contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções previstas no instrumento contratual.

2.15. Da Garantia de Execução

2.15.1. A licitante vencedora deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, no montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

2.15.1.1. Caso opte pelo seguro-garantia, a licitante vencedora terá o prazo de um mês, contado da data da homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

2.15.1.2. A escolha de uma das demais modalidades deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

2.15.1.2.1. O prazo suprarreferido poderá ser prorrogado por igual período, a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da licitante vencedora.

2.15.1.2.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que não pague o prêmio nas datas convencionadas.

2.15.1.3. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 03 (três) meses do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, e será devolvida após o respectivo cumprimento fiel e integral.

2.15.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique a descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

2.15.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

2.15.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao TRF4, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da licitante vencedora.

2.15.4. A licitante vencedora é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

2.15.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

2.15.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

2.15.5.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

2.15.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à licitante vencedora.

2.15.5.4. obrigações trabalhistas, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela licitante vencedora, quando couber.

2.15.6. A modalidade seguro-garantia deverá ser contratada no ramo Segurado – Setor Público e somente

será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.5, acima.

3.15.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do TRF4.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Modelo de Execução e de Gestão do Contrato

3.1.1. Principais papéis

3.1.1.1. A execução do objeto contrato pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

3.1.1.1.1. Patrocinador da Contratação: é o titular da área demandante, responsável por representar os interesses do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no contexto desta contratação, pela aprovação da necessidade e, por fim, pela negociação das ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados;

3.1.1.1.2. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato.

3.1.1.1.3. Fiscal Técnico: servidor com atribuições técnicas relacionadas ao processo de fiscalização da execução do objeto do contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.

3.1.1.1.4. Fiscal Administrativo: servidor com atribuições técnicas relacionadas ao processo de fiscalização da execução do objeto do contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

3.1.2. Dinâmica de Execução

3.1.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer plano de assinatura Creative Cloud para equipes, todos os aplicativos, para 2 usuários, oferecidas pela empresa Adobe Systems Incorporated, em um prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

3.1.2.1.1. Após a entrega, a solução será submetida à avaliação e homologação pelos responsáveis técnicos do TRF4.

3.1.2.2. A garantia deverá ser integral, pelo prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias, nos termos previstos neste Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº 8.078/1990 sobre o tema.

3.1.2.3. A documentação referente à contratação do plano de manutenção deverá ser entregue à Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300, no 4º andar do Prédio Administrativo, ou na forma eletrônica para o seguinte endereço: dti@trf4.jus.br.

3.1.3. Da Forma de Comunicação e Acompanhamento da Execução do Contrato

3.1.3.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes da contratação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via fax ou e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicados pela CONTRATADA, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.

3.1.4. Da Forma de Recebimento Provisório e Definitivo

3.1.4.1. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da data de assinatura do Contrato, documentação referente à contratação do plano de manutenção do software deverá ser entregue à Diretoria de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, localizada no endereço do CONTRATANTE, ou na forma eletrônica para o endereço dti@trf4.jus.br.

3.1.4.1.1. No caso de entrega em meio eletrônico, a CONTRATADA deverá certificar-se do recebimento

do objeto pelo CONTRATANTE.

3.1.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor ou Fiscal Requisitante, por ocasião da entrega do objeto contratual, Nota Fiscal discriminada dos produtos ou serviços fornecidos, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato e seus anexos.

3.1.4.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, obrigatoriamente:

3.1.4.3.1. Razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do Contrato;

3.1.4.3.2. O nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA;

3.1.4.3.3. A informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.1.4.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

3.1.4.4.1. “**Recebimento Provisório**”, será lavrado na data da entrega do bem ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, I, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento;

3.1.4.4.2. “**Recebimento Definitivo**”, será lavrado em até 10 (dez) dias úteis, após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 140, I, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem ou do serviço, segundo a quantidade e especificações técnicas;

3.1.4.4.2.1. Constitui igualmente condição para formalização do recebimento definitivo a entrega de manuais, licenças, mídias, comprovantes, certificados, cabos e demais componentes que devam acompanhar os bens ou serviços, quando for o caso;

3.1.4.4.3. “**Atesto**”, será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

3.1.5. Da Forma de Pagamento

3.1.5.1. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito na conta-corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos produtos e/ou serviços.

3.1.5.2. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste Instrumento.

3.1.5.3. Caso a fornecedora seja optante pelo "SIMPLES NACIONAL" e pretenda utilizar-se da hipótese de não-retenção prevista no art. 4º, XI, da Instrução Normativa nº 1.234/2012, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, declaração nos moldes preconizados no art. 6º, na forma do Anexo IV, deste regulamento, para fins da Lei Complementar nº 123/2006.

4. REQUISITOS TÉCNICOS

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer plano de assinatura Creative Cloud, oferecido pela empresa Adobe Systems Incorporated, nas seguintes condições:

4.1.1. Creative Cloud para equipes, todos os aplicativos.

4.1.1.1. Número VIP: F62BF01F55D5AC9C72BA:

4.1.1.1.1. Quantitativo de assinaturas a serem renovadas: 2.

4.1.1.1.2.. Período de vigência de 10/04/2024 a 15/03/2026.

4.1.1.1.3. Todas as renovações das assinaturas deverão ser incluídas na conta Adobe de número VIP

CC1E918C69A0018D701A, de forma a uniformizar o vencimento e facilitar o gerenciamento dos usuários.

4.1.3. Deve permitir o acesso a todos os aplicativos em suas versões atuais e novas versões, em atualizações, extensões e correções dos produtos, durante todo o período de vigência.

4.1.4. Deverá permitir a instalação em computadores e uso dos produtos de forma "off-line".

4.1.5. Deverá ser compatível com Windows 10 e superiores.

4.1.6. Deverá disponibilizar, de forma atualizada, todos os recursos disponíveis no site oficial da fabricante Adobe, tais como Acrobat Pro, Photoshop, Illustrator, InDesign, Premiere Pro, After Effects, Lightroom, XD, Animate, Lightroom Classic, Dreamweaver, Dimension, Audition, InCopy, Character Animator, Capture, Fresco, Bridge, Media Encoder, entre outros.

4.1.7. Deverá oferecer suporte técnico prestado diretamente pela fabricante durante todo o período de vigência do plano de assinatura, através de e-mail ou telefone, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

4.1.8. Os serviços de atendimento e suporte técnico serão disponibilizados em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web, em idioma Português do Brasil.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ERY CAZELLA, Diretor da Divisão de Atendimento ao Usuário e Logística**, em 15/03/2024, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS RUDIMAR SOARES VEIGA, Técnico Judiciário**, em 18/03/2024, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO LEANDRO BIESDORF, Diretor do Núcleo de Compras e Pesquisa de Preços, em exercício**, em 18/03/2024, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **7132044** e o código CRC **8DCDB4E9**.